

Primeiro turno da Carta

Aldori Silva

tica

21/6/88, TERÇA-FEIRA • 5

acabará no final do mês

A votação das Disposições Transitórias do projeto de Constituição deverá ser concluída no final da próxima semana. A avaliação é



de parlamentares que participam do processo de negociação do texto, cujo único ponto polêmico daqui para frente é o perdão da dívida contraídas durante o Plano Cruzado pelos pequenos e microempresários. Ontem, as lideranças repassaram todos os acordos feitos até o artigo 32 das Disposições Transitórias cuja votação deverá recomeçar hoje.

As reuniões prosseguiram até o final da noite, aparando as arestas em torno do artigo 18, que estabelece garantia de aproveitamento no serviço público sem exigência de concurso e com estabilidade, além do recebimento de uma pensão integral, correspondente aos proventos de segundo-tenente, para os integrantes da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

O objetivo das lideranças é chegar a um acordo em todos os artigos e, em seguida, submetê-los ao plenário, sem que seja preciso a apreciação de várias emendas referentes ao mesmo dispositivo. O deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos negociadores do "Centrão", acredita que dessa forma será possível acabar de votar as Disposições Transitórias até o final da semana que vem.

Sem quorum

A mesma previsão fazem os deputados Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) e José Genoíno (PT-SP). Os



Bernardo Cabral espera que não surja nenhum impasse novo

dois acreditam que os pontos polêmicos já foram praticamente superados, faltando apenas ser apreciado o dispositivo que prevê o perdão da dívida aos pequenos e microempresários contraídas durante o Plano Cruzado. A previsão também é reforçada pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Constituinte, ressaltando: "Isso, se não houver mais algum impasse".

O deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) acredita nessa possibilidade e informa que a

Comissão de Redação da carta já está funcionando a pleno vapor, o que poderá adiantar o início da votação do segundo turno, previsto para o mês de julho.

Como todas as segundas-feiras, ontem, não teve votação na Constituinte. A sessão foi encerrada às 15h30 com a verificação de quorum, que registrou a presença de apenas 227 parlamentares. No pinga-fogo o único destaque foi a deputada Moema São Tiago que fez um discurso se desligando do PDT.

Oficiais R/2 também querem a estabilidade

O capitão do Exército Sérgio Currica Fontes, de 34 anos, condecorado como herói por sua atuação durante as enchentes de Petrópolis, em fevereiro, é, desde o dia 2, mais um desempregado. «Me sinto um estranho na vida civil, pois nestes 10 anos em que servi ao Exército, só aprendi coisas relacionadas com a vida militar. Mas fui dispensado sem indenização, sem direitos, sem nada. Tenho que recomeçar tudo do zero», diz o capitão.

Currica e outros 30 oficiais da reserva do Exército (R/2) estão em Brasília trabalhando para que a Constituinte lhes assegure o direito de reingresso na tropa. «Nós R/2, somos mantidos no Exército durante nove anos, 11 meses e 29 dias e depois jogados na rua sem nenhum direito. Como podemos competir nesse mercado de trabalho tão disputado se tudo o que aprendemos foi mexer com fuzis, marchar, viver a vida militar?», indaga o oficial José Henrique Pinto. A Presidente da Associação Brasileira de Oficiais da Reserva do Exército (Abore).

Estabilidade

Uma das formas de se evitar que os oficiais R/2 sejam dispensados antes de completarem 10 anos de serviço — prazo que automaticamente lhes daria direitos trabalhistas — e a manutenção, mas Disposições Transitórias da nova Constituição, do texto que concede estabilidade para o servidor público federal, estadual e municipal com mais de cinco anos de trabalho. O texto já está aprovado, mas existem

muitas emendas e destaques que procuram mudar essa situação, sob o argumento de que ali está um grande «trem da alegria».

«Nós queremos que seja mantida a estabilidade para argumentarmos que também somos servidores públicos e que não podemos ser dispensados assim, como ocorre hoje», diz José Henrique. Segundo ele, há muito tempo o Exército promete a efetivação na carreira de seus oficiais R/2, com três objetivos. «Induzir os jovens oficiais e permanecerem no serviço ativo do Exército, durante a faixa etária dos 20 aos 30 anos; fazer com que os oficiais não questionem o fato de serem os únicos trabalhadores do País que não podem adoeecer por dois meses seguidos, sob pena de dispensa automática; e aprimorar, cada vez mais, nossa atuação militar, sem que tivéssemos tempo para pensar no mercado de trabalho competitivo e escasso que existe na vida civil».

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, enviou ao presidente José Sarney, no início do mês, anteprojeto de lei que cria um quadro complementar de oficiais, que possibilitaria o aproveitamento dos R/2 na corporação. Mas os oficiais acham que tudo não passa de «conversa fiada». «Já existe desde 27 de fevereiro de 1985 o decreto nº. 91.002, assinado pelo ex-presidente João Figueiredo, que criou o quadro complementar. Mas o ministro do Exército nunca o regulamentou», afirma José Henrique Pinto.

Constituinte é criticada por Sendas

Maceió — O presidente da Associação Brasileira de Supermercados, Arthur Sendas, durante entrevista coletiva concedida ontem, à imprensa, em Maceió, criticou a demora da conclusão dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. «Isto está custando muito caro ao país e vem trazendo inquietude aos setores privados».

O empresário comentou também, a «pregação que estão fazendo» em prol da anistia é oficializar o calote nacional. E as empresas que já venderam seus patrimônios para saldar os compromissos como é que ficam? Ele mesmo respondeu: «Todos ficamos decepcionados e se chega a conclusão que não há responsabilidades pelos compromissos».

Sendas disse que, não é justo que milhões de brasileiros paguem por um setor que infelizmente não foi bem sucedido, porque não soube fazer seus investimentos».

Ao fazer um balanço do comportamento econômico do seu setor, o presidente da Abras afirmou que os supermercados atravessam uma queda nas vendas. Nos primeiros cinco meses, comparado com 87 foi registrada uma redução de vendas na ordem de 17%. A lucratividade também teve resultados «nada bom» e a rentabilidade está aquém do normal que seria de 2 a 3% no período.

Observou ainda que os supermercados representam 70% do abastecimento nacional e desmentiu que estejam ocorrendo demissões. «O nível de emprego continua na mesma. O setor hoje emprega 560 mil pessoas diretamente». Antes de encerrar a entrevista protestou contra os que pensam em congelamento de preços.